

Pressa na Constituinte

Não se sabe de onde surge entre empresários paulistas a informação de que a Constituinte não termina este ano os seus trabalhos. Seria atropelada por manobras de obstrução provocadas pelos pequenos partidos, os mesmos que, neste preciso momento, impedem a Câmara dos Deputados de aprovar o projeto do Senado que despolu a publicidade partidária gratuita na televisão e rádio retirando do ar quem não tem o que falar ou a quem representar.

Temem os empresários que os pequenos partidos sabotem as votações da Constituinte para cansar o Centrão, que, como a antiga Arena, pode encontrar dificuldade para manter sua maioria permanentemente no plenário. Na ausência dos centristas, os partidos pequenos — pequenos mas bem ideológicos — poderiam formar alianças com fragmentos de outras organizações e armar maiorias eventuais que imponham suas idéias à Constituição.

Mas nem o Centrão, mobilizado, representa garantia de rapidez na Assembléia. Os centristas podem não ter tanta pressa. Podem preferir gastar o tempo para negociar com o Governo suas decisões. Poderiam, por exemplo, deixar a votação do mandato do atual Presidente para o final dos trabalhos, de modo a explorar o clientelismo do Planalto — votar logo o mandato seria matar a galinha dos avós de ouro.

Por isso, a preocupação dos empresários junta-se a do Presidente Sarney. Preocupam-se os empresários porque a

proteção constitucional esticarla a paralisar os investimentos, sobretudo os estrangeiros — um golpe brutal que a combalida e malculdadada economia nacional não suportaria, naufragando de uma vez a expectativa de bons negócios e plenos empregos.

Além de atentar para a mesma coisa, Sarney não pretende tornar-se escravo do Centrão, com quem negocia, mas sem entregar a alma. Votar logo a duração do seu mandato, além de ser uma referência básica aos investimentos e negócios, seria a libertação do Governo de um dos pontos que estrangulam a sua administração, que o levam a trabalhar sob incerteza. Poderia ser ainda a libertação do Planalto em relação ao Centrão.

Assim, o Presidente trabalha. Nas reuniões mais íntimas com seus ministros pede a presença mais assídua deles entre os constituintes. "Vamos viver mais intensamente a Constituinte". — acostumou-se Sarney a repetir a frase, incansavelmente, e ministros há um ano, desde que instalou-se a Assembléia. Estimula as negociações com centristas.

Sugere o Presidente que os entendimentos se realizem além das questões do mandato, sobretudo para evitar protelação nas votações. Mas revela, ao mesmo tempo, segurança quanto ao mandato de cinco anos e à agilidade na Constituinte: encomendou aos ministros projetos administrativos que se esbendam a 1990 sem descartar a tramitação parlamentar de alguns deles.

LUIZ ADOLFO PINHEIRO

25 JAN 1988

E o cruzado, doutor Mailson?

No momento em que escrevo estas linhas, o dólar, no câmbio oficial, está cotado, para venda, a Cz\$ 77,277. Quando o leitor começar a leitura, o valor do cruzado já estará desvalorizado em, no mínimo, 0,75 por cento, que é a média de desvalorização da nossa moeda em relação à norte-americana. Nessa progressão, ao final deste ano o dólar deverá estar cotado oficialmente em volta de Cz\$ 260,00 mais ou menos.

A depreciação cotidiana da moeda nacional — ironicamente chamada de "minidesvalorização", porque feita a conta-gotas — é uma prática adotada no Brasil há muitos anos, sob a alegação de que é preciso estimular as exportações para que o País tenha mercado externo para sua produção econômica, lucros para a indústria e agricultura, mais empregos e mais recursos em dólares para pagar os juros da dívida e outros compromissos assumidos no exterior.

O resultado disso? Por um lado, os economistas estão certos. Quanto mais dólares o exportador receber, mais o País lucra. Em teoria, tudo bem. Mas uma Nação cheia de problemas de toda ordem, como o Brasil, não pode viver só de teoria econômica. É preciso olhar o outro lado da "minidesvalorização" cambial. E o outro lado é aterrador: cada vez que o cruzado cai em relação ao dólar, sobe automaticamente o petróleo e tudo o mais que é importado. Por isso, a cada quinze dias a Petrobrás tem de jogar

a toalha no ringue e pedir reajuste da gasolina para não afundar no prejuízo. O aumento dos combustíveis, por sua vez, encarece todas as mercadorias.

Em outras palavras: não há como baixar a inflação e estabilizar um pouco o custo de vida se a moeda brasileira é vista e tratada pelo próprio Governo como um papel vagabundo que se amassa e se atria à cesta de lixo, sem a menor cerimônia.

O Brasil precisa repensar a falta de uma política de defesa da moeda nacional. Alguma coisa tem de ser feita, com urgência, para deter a desvalorização cotidiana do cruzado. Não é porque se precisa exportar mais que a moeda brasileira deve ser tratada como uma espécie de pária da escala social da Índia.

Se a mentalidade é essa, então vamos adotar logo o dólar como moeda brasileira, batizando-a de "Brazilian Dollar", ou coisa parecida. Desse jeito é que não se pode continuar. O mercado Internacional do petróleo, por exemplo, acha-se estabilizado e temos de aumentar a gasolina a cada duas semanas. Para cobrir os prejuízos da Petrobrás com as "minidesvalorizações" do dólar, ou melhor, do cruzado.

Se ainda se pode fazer alguma coisa, doutor Mailson, que se tenha então um pouco mais de devoção, valorização e respeito à nossa moeda, antes que precisemos de um saquinho grande de dinheiro para comprar um saquinho de feijão, como no samba popular.